



PROGRAMA DE MESTRADO

EM DIREITO

**UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA JURÍDICO-ECONÔMICA
DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E INFORMAÇÃO**

BRASÍLIA

2006

ANA JAMILY VENEROSO YODA

**UMA ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA JURÍDICO-ECONÔMICA
DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para conclusão do Programa de Mestrado em
Direito do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Elizabeth Gui-
marães Teixeira Rocha

BRASÍLIA

2006

À Marcelo Yoda,
pela compreensão, amor e, sobretudo, paciência.

Criar meu *web site*. Fazer minha *home-page*. Com quantos *gigabytes* se faz uma jangada, um barco que veleje? Que veleje nesse infomar. Que aproveite a vazante da infomaré. Que leve um oriki do meu velho orixá ao porto de um disquete de um micro em Taipé. (...) Que leve meu *e-mail* até Calcutá depois de um *hot-link* num *site* de Helsinque para abastacer. Eu quero entrar na rede, promover um debate, juntar via *Internet* um grupo de tietes de Connecticut. De Connecticut acessar o chefe da Macmilícia de Milão, um *hacker* mafioso acaba de soltar um vírus pra atacar programas no Japão. Eu quero entrar na rede para contactar os lares do Nepal, os bares do Gabão. Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar.

RESUMO

YODA. Ana Jamily Veneroso. **Uma análise sobre a perspectiva jurídico-econômica da relação entre sociedade e informação.** 2006. 158 f. Dissertação. Mestrado em Direito. Programa de Mestrado em Direito das Relações Internacionais, Centro Universitário de Brasília, Distrito Federal, 2006.

O objetivo principal desta dissertação é correlacionar os contornos jurídicos e econômicos do acesso à informação aos imperativos da nova ordem social - a sociedade da informação – baseado em uma análise que abarca, principalmente, duas áreas do conhecimento: economia e direito. A revisão da literatura possibilitou levantar diversas discussões sobre a liberdade de informação como direito fundamentalístico e sua importância para o desenvolvimento humano. A quebra de paradigmas baseada na revolução das novas tecnologias da informação e da comunicação permitiu o embasamento da análise de uma sociedade que vivencia a invasão tecnológica em praticamente todos os setores da atividade. O acesso à informação e à comunicação, como pressupostos básicos da liberdade de expressão, atravessam uma jornada que se revela mais profunda ao se considerar a nova ordem social, a qual pode ser considerada mais complexa e imprescindível do que as sociedades passadas. O problema foco da análise consiste na constatação de que a carência de acesso às fontes e aos meios de informação e comunicação constitui-se numa nova forma de exclusão social: a brecha digital. Nesse sentido, parte-se do princípio da existência de diversos fatores que corroboram para a limitação da liberdade de informação, sejam de ordem econômica, política ou social. A análise jurídica permite avaliar o problema sob a ótica dos limites entre direitos de personalidade e o direito à informação. O direito à informação tem se sobressaído ao direito à imagem, à honra, à intimidade e à vida privada, entrando em conflito também com os direitos autorais.

Palavras-chave: Direito à informação. Direito à comunicação. Sociedade da Informação. Nova Economia.

ABSTRACT

YODA, Ana Jamily Veneroso. **An analysis of the legal-economic perspective on the relationship between society and information. 2006, 158 pgs.** Master of Law. Master of International Relations Law Program. Centro Universitário de Brasília. (Educational University Center of Brasilia). Brasilia, Distrito Federal, 2006.

The objective of the thesis was to correlate legal and economical outlines of access to information to the commanding aspects of the new social order – information society – based upon an analysis that took into consideration two knowledge areas, mainly: economy and law. A careful analysis of the specific literature enabled to issue discussions about freedom of information as fundamentalist right and its relevance to human development. The bust of paradigms based upon the revolution of information and communication technology led to the analysis foundation of a society that experiences fully technological innovations in almost every activity sectors. Access to information and communication, as basic purpose of freedom of expression, go through a journey that unfolds itself as being more intense, when considering the new social order, which is more complex and essential than the previous societies. The main problem of the analysis lied on verifying that the lack of access to the sources and means of information and communication consists of a new pattern of social exclusion: the digital divide. In this sense, it was considered the existence of several factors that corroborate to restrain the freedom of information, whether of economical, political or social nature. A legal analysis allowed evaluating the problem on the perspective of limits between personality law and the right to information. The right to information has overcome the right to image, honor, intimacy and private life, also conflicting with authorial rights.

Key-words: Right to information. Right to communication. Information Society. New Economy.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

- Quadro 1:** A evolução e as ordens sociais
- Gráfico 1:** Acesso às TICs: Participação por gênero
- Gráfico 2:** Acesso às TICs: Participação por idade
- Gráfico 3:** Acesso às TICs: Participação por anos de estudo

LISTA DE SIGLAS

ABDR	Associação Brasileira para a Proteção dos Direitos Editoriais e Autorais
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
COMUT	Conselho de Comutação Bibliográfica
CRIS	<i>Communications Rights in the Information Society</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
PIB	Produto Interno Bruto
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TRIP's	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>
TOIEF	Tratado da OMPI sobre Interpretação ou Execução e Fonogramas
TODA	Tratado da OMPI sobre Direito de Autor
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMARIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	vii
LISTA DE SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO	1
1 A NOVA ORDEM MUNDIAL: A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	5
1.1 Aspectos conceituais da tríade Informação-Comunicação- Conhecimento	5
1.2 A sociedade da informação e do conhecimento	9
1.2.1 Evolução histórica: a sociedade e os meios de comunicação.....	13
1.3 A sociedade da informação e seus imperativos	19
1.3.1 A informação como sinônimo de poder.....	27
1.3.2 O valor da informação.....	30
1.4 Informação, comunicação e democracia	31
2 O INTERESSE ECONÔMICO NA INFORMAÇÃO E NO CONHECI- MENTO E SUAS CONSEQUENCIAS SOCIAIS	34
2.1 A economia do conhecimento	34
2.2 O Brasil e a nova economia	38
2.3 A economia da informação e o sistema capitalista	45
2.4 Conseqüência social da nova economia: a Brecha Digital	51
2.4.1 A brecha digital internacional.....	54
2.4.2 A brecha digital brasileira: Quem são e onde estão os excluídos digi- tais?.....	60
2.4.3 Inclusão digital e políticas públicas no Brasil.....	66
2.5 A importância da democratização da comunicação e da informação	70
3 O DIREITO À COMUNICAÇÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO	75
3.1 Direitos fundamentais: liberdade de expressão e de informação	75
3.1.1 Breve análise sobre os Direitos Fundamentais.....	75
3.1.2 Evolução dos Direitos Fundamentais.....	79
3.1.3 A liberdade de expressão.....	82
3.1.4 O direito à comunicação.....	86
3.1.5 O direito à informação.....	88
3.2 O direito à informação e à comunicação nos instrumentos internacio- nais	90
3.3 O debate internacional: A Cúpula Mundial da Sociedade da Informa- ção	94
3.3.1 A primeira fase da Cúpula.....	96
3.3.2 A segunda fase da Cúpula.....	101

4 ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: ÓBICES E PERMISSÕES	106
4.1 O direito à informação e à comunicação na Constituição Brasileira de 1988	106
4.1.1 Da liberdade de expressão.....	106
4.1.2 Do direito à informação.....	109
4.1.3 Do direito à comunicação.....	112
4.2 Dos direitos autorais: conceito e evolução	115
4.2.1 Fontes internacionais de direito autoral.....	119
4.2.2 O direito autoral no Brasil.....	122
4.2.3 Direito de autor <i>versus</i> direito à informação: aspectos críticos.....	125
4.3 Direitos de personalidade <i>versus</i> liberdade de informação	132
4.3.1 Direito à privacidade e à intimidade.....	134
4.3.2 Direito à honra e à imagem.....	141
CONCLUSÃO	146
REFERENCIAS	150